

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 36371148

PROJETO DE LEI Nº 001/2013

Data 02/01/2013

Autoriza o Município a conceder reajuste aos servidores públicos municipais de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, SUBMETE À APRECIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO A SEGUINTE PROPOSTA DE LEI:

LEI:

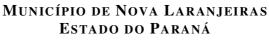
Art. 1°. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder reajuste salarial aos servidores públicos municipal, com vencimentos ou salário base inferior ao salário mínimo, para que estes percebam o salário mínimo instituído pelo Decreto Federal nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012, em conformidade ao disposto no art. 7, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3° da Lei Federal nº 12.382.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

JOSÉ LINEU GOMES

Prefeito Municipal



CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 36371148

JUSTIFICATIVA

Com nossas cordiais saudações, encaminhamos a Vossas Excelências a

Proposta de Lei nº 001/2013, a qual autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste

salarial aos servidores públicos municipais com vencimentos ou salário base inferior ao

salário mínimo.

Como é de conhecimento dos Senhores Vereadores o Governo Federal

estipulou que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o salário mínimo será de R\$ 678,00

(seiscentos e setenta e oito Reais), através do Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012.

Esta proposta concretiza o propósito deste Poder Executivo de oferecer aos

valorosos funcionários deste Município que percebem apenas um salário mínimo uma

remuneração digna que recompense a dedicação nos trabalhos, bem como, em atendimento

a Constituição Federal, art. 7°, inc. IV, que veda a qualquer trabalhador o recebimento de

valor inferior ao salário mínimo.

Desta forma solicitamos que a presente Proposta de Lei tenha o tramite legal

nesta Casa de Leis, bem como, a sua aprovação.

Atenciosamente,

JOSÉ LINEU GOMES

Prefeito Municipal